

ATAQUES EM CABO DELGADO

## Os moçambicanos precisam de toda informação que ainda não é pública, Senhor Presidente da República!



Falando nas celebrações do Dia do Professor, assinalado a 12 de Outubro, o Presidente da República reagiu às críticas relacionadas com a falta de informação oficial sobre a situação que se vive em Cabo Delgado. No lugar de prestar informação sobre o conflito armado e a crise humanitária, Filipe Nyusi preferiu contra-atacar: "Muitas vezes, algumas frentes da sociedade reclamam da falta de informação. De que informação precisam", interrogou-se, e de seguida anunciou frases sem nenhum valor informativo. "Estamos a dizer que pessoas estão a matar, estão a queimar casas, estão a assassinar. Estamos a dizer que elas não falam,

não dizem quem são e o que querem. Estamos a dizer que as pessoas estão a correr, até dizendo nomes, números e onde se encontram. E dizem que o País tem de dizer...O que temos de fazer é todos nós, os moçambicanos e aqueles que nos ajudam, trabalhar para pôr fim a esta frente. Isto é uma frente de grande envergadura".

Conforme se pode depreender, Filipe Nyusi disse exactamente aquilo que um Presidente da República comprometido com o Estado de Direito Democrático dispensaria numa comunicação sobre um assunto tão grave como o conflito em Cabo Delgado. Senhor Presidente da República, que em Cabo Delgado estão a morrer

pessoas, que há casas queimadas, que há compatriotas deslocados, isso todos os moçambicanos sabem.

O que os moçambicanos não sabem, e gostariam de saber, é o que é que terá falhado para que o conflito evoluísse e se alastrasse para mais distritos de Cabo Delgado? Como justificar, Senhor Presidente da República, a morte de pelo menos 1.500 pessoas e o deslocamento de mais 350.000 pessoas mergulhadas na pior crise humanitária das últimas três décadas? Como é que está a situação na vila municipal da Mocímboa da Praia e na sede do Distrito de Quissanga? O que terá falhado, Senhor Presidente da República, para que



uma vila tão estratégica como Mocímboa da Praia (tem o maior porto e o maior aeródromo do norte de Cabo Delgado) fosse assaltada e ocupada por terroristas? O que é que o Presidente da República, enquanto Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança (FDS), está a fazer para que as instituições de Estado voltem a funcionar em Mocímboa da Praia e Quissanga?

Que tipo de dificuldades ou desafios que as FDS estão a enfrentar no terreno para defender a soberania e a integridade territorial? Porquê é que o Presidente da República optou por contratar mercenários para actuarem em Cabo Delgado? Quais são as outras opções que foram analisadas? Além de si, Senhor Presidente da República, e do Governo que dirige, qual é o outro órgão de soberania que tomou conhecimento do processo de contratação de mercenários? Quanto é que o Estado paga à empresa Dyck Advisory Group (DAG) pelos serviços que presta em Cabo Delgado? Senhor Presidente da República não concorda com a União Africana e com as Nações Unidas que consideram que o mercenarismo representa uma grave ameaça para a independência, soberania e integridade territorial de Estados? Quem faz a supervisão das operações da empresa DAG e como avalia, Senhor Presidente da República, os resultados até aqui conseguidos?

Haverá alguma razão, Senhor Presidente da República, para que o Comando Operacional Norte seja dirigido pelo Comando-Geral da Polícia e não pelo Estado-Maior General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)? Salvo melhor interpretação, Senhor Presidente da República, o artigo 8 da Lei nº17/97, de 1 de Outubro, Lei que aprova a Política de Defesa e Segurança, estabelece que a componente militar da Defesa Nacional é assegurada pelas FADM e a não militar pelos demais órgãos do Estado. A mesma lei atribui às Forças Armadas a missão de assegurar a defesa militar contra quaisquer ameaças ou agressões externas, incluindo o terrorismo.

Através da imprensa, os moçambicanos ficaram a saber que o Governo pediu apoio à União Europeia para combater o terrorismo. A pergunta é: porquê a União Europeia? Quais são os outros parceiros de Moçambique a quem o Governo terá solicitado ajuda? Considerando o papel estratégico de alguns países vizinhos de Moçambique – sobretudo Tanzania e Malawi, terá o Senhor Presidente da República solicitado apoio junto dos seus respectivos



Governos? Que tipo de apoio solicitou? Terá solicitado apoio à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e à União Africana (UA)? Em caso afirmativo, que tipo de apoio foi solicitado e que respostas obteve, Senhor Presidente da República?

Como é do vosso conhecimento, Senhor Presidente da República, a exploração do gás natural da bacia do Rovuma só irá beneficiar os moçambicanos se for feita em condições de segurança. Segurança não só no perímetro das operações petrolíferas, mas em todo o corredor rodoviário que parte de Pemba até Palma. A pergunta é: o que é o Senhor Presidente da República está a fazer ou pensa fazer para garantir segurança de pessoas e bens na Estrada Nacional N°380? Só com segurança nesta estrada é que as empresas moçambicanas podem prestar serviços e fornecer bens às multinacionais que operam em Palma, viabilizando assim a política do conteúdo local de que o Senhor Presidente da República é acérrimo defensor. Senhor Presidente da República, qual é a racionalidade do acordo entre o Governo e a Total à luz do qual as FDS prestam serviços de segurança às operações petrolíferas do projecto Mozambique LNG a título remuneratório e com direito à alimentação?

Como pode notar, Senhor Presidente

da República, há muitas questões relacionadas com o conflito armado em Cabo Delgado que precisam de ser esclarecidas ao mais alto nível. À semelhança do que vem fazendo (e faz muito bem) em relação à pandemia da Covid-19, porquê é que o Presidente da República não pode fazer uma comunicação à nação para abordar a situação de Cabo Delgado? Tal como a pandemia da Covid-19, o conflito em Cabo Delgado não é um assunto que interessa apenas ao Governo. É um assunto que interessa e diz respeito a todos os moçambicanos. Todos os moçambicanos têm o direito de saber o que se passa em Cabo Delgado. E é seu dever, Senhor Presidente da República, informar todos os moçambicanos sobre o conflito e a crise humanitária em Cabo Delgado.


Vale a pena recordar as suas palavras, Senhor Presidente da República, no discurso de investidura, no dia 15 de Janeiro de 2019: “Não poderei ser um bom Presidente, nem poderemos ter uma melhor governação, sem uma boa e forte oposição”. Além de “uma boa e forte oposição”, um “bom Presidente” e “uma melhor governação”, Senhor Presidente da República, precisam de cidadãos devidamente informados. Só um cidadão informado pode participar na governação, interpelando criticamente os dirigentes.



**INFORMAÇÃO EDITORIAL:**

**Propriedade:** CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando.  
**Layout:** CDD

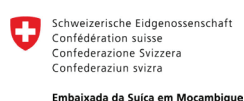
**Contacto:**  
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

**PARCEIRO PROGRAMÁTICO**



**PARCEIROS DE FINANCIAMENTO**



Embaixada da Suíça em Moçambique



Kingdom of the Netherlands



Supporting freedom around the world

